

SANTA CATARINA ( ESTADO ) PRESIDENTE

( VIDAL JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR )

MENSAGEM ... 26 DE JULHO DE 1903.

ESTADO DE SANTA CATHARINA

# MENSAGEM

APRESENTADA AO

CONGRESSO REPRESENTATIVO DO ESTADO

EM 26 DE JULHO DE 1903

PELO VICE-GOVERNADOR

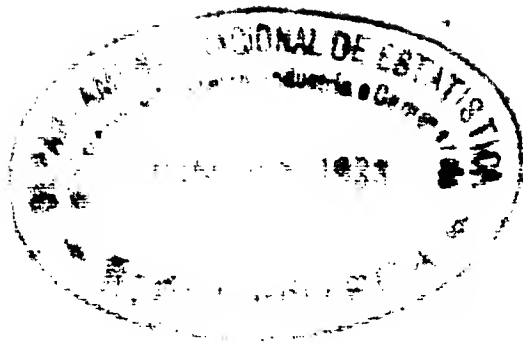
Vidal José de Oliveira Ramos Junior



**FLORIANOPOLIS**

TYP. DA LIVRARIA MODERNA

1903



## *Srs. Deputados ao Congresso Representativo.*

Chamado a substituir, no governo do Estado, o Dr. Lauro Severiano Müller, cuja eleição para esse elevado posto despertou desusado entusiasmo em todas as classes sociaes, que anteviam na sua administração uma epocha de paz e de prosperidade,—eu avaliei, desde logo, a extensão da responsabilidade que ia pezar sobre meus hombros, evidentemente frageis para tão ardua tarefa. Tive, portanto, a comprehensão exacta das difficuldades com que teria de lutar para proseguir na obra de patriotismo, com tanto brilho encetada, pelo emerito estadista, quer no que concerne á politica, quer no que diz respeito á administração.

As inspirações do civimos e a conscienciado dever, decorrente da honrosa demonstração de confiança que os meus praticios vinham de dar-me, elegendo-me para o cargo de Vice-Governador do Estado, não adimittiam, entretanto, hesitações; e, sem cogitar da fraqueza da minha intelligencia, dediquei-me, cheio de confiança no patriotismo tradicional dos Catharinenses e no poderoso concurso dos homens eminentes, que encontrei congregados em torno do meu illustre antecessor, ao trabalho ingente da elevação do nosso Estado ao nivel superior de progresso a que lhe dão direito a indole evolucionista da sua população e as grandes riquezas naturaes do seu territorio.

Congratulo-me com o Estado, pela vossa auspiciosa reunião n'esta epocha em que uma patriotica orientação

politica, emancipada felizmente dos estreitos moldes do partidario, une todas as energias em um só pensamento—o de bem servir á causa publica.

Esta feliz situação, que bem caracteriza o espirito de tolerancia e justiça dos Catharinenses, concita-nos a um trabalho fecundo, para reconstituir as finanças e desenvolver as forças economicas do Estado, dotando-o, ao mesmo tempo, de leis que assegurem o regular funcionamento dos diversos órgãos da soberania popular, sem os attritos que, por vezes, têm perturbado a harmonia que entre elles deve existir.

O vosso esclarecido criterio e comprovado patriotismo são a mais segura garantia de que sabereis corresponder á justa expectativa do povo Catharinense, que, neste momento, tem os olhos voltados para os seus representantes.

Eis porque com elle me congratulo pela installação dos vossos trabalhos.

### **Eleições federaes**

Dado, antes da respectiva investidura, o luctuoso passamento do inelyto cidadão a quem a vontade do eleitorado republicano commettera o cargo de Vice-Presidente da Republica,—larga discussão travou-se no seio do Congresso Nacional e na maioria da imprensa do Paiz relativamente ao caso, visto o silencio da Constituição a respeito da hypothese emergente.

Victoriosa, porém, a idea de uma nova eleição, foi marcado o dia 18 de Fevereiro, no qual ia ferir-se o pleito para renovação do terço do Senado e reconstituição da Camara.

O trabalho eleitoral, quer o anterior ao escrutinio— a cabala, quer o posterior— a apuração, quer o mesmo escrutinio correram livremente, fóra da interferencia dos poderes publicos, tendo o Exmo. Sr. Presidente da Republica declarado solememente que não prestigiaria candidatura alguma, porque desejava manter ampla neutralidade no pleito.

Este, em todo o Paiz, com excepção das pouco edificantes occurrencias havidas na capital da Republica e em Petropolis, realisou-se em completa paz, gozando os partidos de inteira liberdade de agir como entendessem. D'ahi o apparecimento de duplicatas, que difficultaram um tanto o trabalho de verificação de poderes.

Felizmente essa função do poder legislativo effectuou-se sem attritos e sob a egide de intangivel patriotismo.

---

Nas eleições para Vice-Presidente, surgio, quasi unanimemente suffragada, a candidatura do notavel estadista mineiro, conselheiro Dr. Affonso Augusto Moreira Penna, ao qual sobram meritos para auxiliar o Presidente da Republica na obra ingente de consolidar o nosso credito e retemperar as forças economicas, exhaustas por essa serie de medidas, que visaram, no anterior governo, a satisfação dos nossos compromissos no exterior.

---

Por este Estado, onde as eleições—assignalo-o com desvanecimento—correram na melhor ordem e com independencia, foram eleitos senadores o sr. Coronel Gustavo Richard, na vaga que havia deixado pela terminação do seu mandato, o sr. Dr. Felipe Schmidt, na vaga aberta pela renuncia do sr. Dr. Lauro Severiano Müller; e deputados os srs. Dr. Victorino de Paula Ramos, tenente-coronel Francisco Tolentino Vieira de Souza, tenente-coronel Elyseu Guilherme da Silva e Dr. Abdon Baptista, dos quaes todos esperamos o maximo esforço em prol dos interesses deste Estado.

### **A questão do Acre**

Conheceis perfeitamente o estado em que acha-se a questão do Acre, cuja solução constitue objecto de acurado exame por parte do governo da Republica.

*O modus vivendi* proposto pelo eminente titular da pasta das Relações Exteriores é garantia segura dos interesses do nosso Paiz, e dá logar a que o litigio se ultime e liquide directamente entre as partes contendoras.

A solução pacifica de um caso, que todos anteviam revestido de tenebrosas nuvens, deve-se á penetração extraordinaria e ao notavel tino diplomatico do sr. Barão do Rio Branco, e á promptidão com que os departamentos da guerra e da marinha mobilisaram as forças precisas para assegurar a acção da nossa chancellaria.

Tudo faz crêr que, em breve, ficará definitivamente resolvido o desagradavel incidente.

### **Exposições internacionaes**

Para o dia 28 do proximo mez de Setembro, está convocada pela Sociedade Nacional de Agricultura, do Rio de Janeiro, uma exposição internacional deapparelhos a alcool, destinado a procurar, nas multiplas applicações deste, novos elementos para o rejuvenescimento da industria assucareira.

Não podemos deixar de dedicar a esse tentamen as nossas melhores sympathias, porquanto, deprecido o asucar pela superprodução que destruiu o equilibrio economico dos paizes que o produziam, forçoso era procurar novos meios para serem utilizados os productos da canna. D'ahi a multiplicidade de applicações do alcool—que, desnaturado, póde representar elevado papel na vida economica do nosso paiz, o qual, maxime no Norte, tem na lavoura da canna uma das suas principaes riquezas.

Oxalá os nossos agricultores e industriaes se compenetrem da importancia de tão auspicioso certamen.

No dia 2 de Maio do anno vindouro deve inaugurar-se na importante cidade de S. Luiz (Estados Unidos da America do Norte), uma grande exposição internacional, na qual o Brasil vai fazer-se representar oficialmente.

Ao governo federal não pareceu superfluo o dispendio de elevada somma para que o nosso Paiz comparecesse a tão notavel certamen, que, se não promette o extraordinario brilho da ultima Exposição Universal de Pariz, será farto manancial de fecundos resultados para os paizes que a elle concorrerem.

A exposição de S. Luiz, dada a caracteristica especial do povo americano, vae ser uma exposição industrial; alli far-se-hão representar os grandes typos de machinas, os processos mais aperfeiçoados para as mais difficeis exigencias da industria.

Justo é, portanto, que para ella enviemos os productos das nossas industrias, dando uma demonstração palpavel das riquezas do nosso feracissimo solo.

E a medida que parece-me mais efficaz para chegarmos a esse resultado, é a organização, breve, de uma exposição preparatoria, na qual sejam admittidos todos os que desejarem ver representados os seus productos no alludido certamen, sendo, porém, escolhidos os que forem dignos de tal honra.

Assim evitaremos o perigo de uma falsa idéa sobre as condições do nosso Estado e ao mesmo tempo attrahiremos para as nossas artes e as nossas industrias as vistas dos que podem dentro mesmo do nosso Estado, auxilial-as e amparal-as.

A exposição não custar-nos-ha somma elevada, pois poderemos solicitar do Governo Federal o transporte gratuito dos objectos, pelos vapores do Lloyd, de modo que a despeza será apenas com a localização dos mesmos em algum dos nossos edificios publicos.

Assim, não só tornaremos conhecidos o nosso esforço iudustrial, os nossos elementos de prosperidade, como tambem estimularemos os capitaes a procurarem o nosso Paiz para campo das suas explorações.

Por isso e para evitar que o nosso Estado se faça representar de modo menos conveniente aos seus interesses, devemos dirigir a propaganda entre as classes productoras, afim de que alguma cousa de notavel possamos enviar á exposição citada.

## Impostos inter-estadaes

Uma providencia, insistentemente reclamada como medida necessaria aos interesses da lavoura e das industrias, e que impõe-se ao espirito esclarecido dos legisladores, é a abolição radical dos impostos inter-estadaes.

Essas taxas que, em alguns pontos, tornam-se verdadeiramente prohibitivas, foram proficientemente condemnadas pelo Congresso de Agricultura, reunido em 1901, na Capital Federal, e pela Conferencia Assucareira da Bahia, em 1902.

Com effeito, além de contrarios á lettra expressa dos arts. 7º §§ 22 e 12, n. I da Constituição Federal, taes tributos não encontram fundamento algum no vasto circulo das sciencias economico-financeiras, porquanto, entre as unidades do organismo federativo, não devem existir fronteiras para o commercio inter-estadual.

Demais, a que consequencias poderemos chegar com tal systema tributario? Nada poderá impedir que tenhamos em toda a União a guerra de tarifas, que terá como resultado fatal e inobstavel o completo anniquilamento de todas as industrias e, consequentemente, a ruina do credito publico.

E foi em consequencia d'isso, no interesse de proteger as suas industrias, tributadas em outros Estados, que o Rio Grande do Sul, segundo affirmou-me o seu illustre Presidente, estabeleceu uma taxa de entrada variavel para diversos generos, entre os quaes a herva-matte, o alcool, a aguardente, o fumo e seus preparados, o que iria prejudicar enormemente os interesses do nosso Estado.

Sciente do facto, para elle chamei a attenção do illustrado cidadão que administra aquelle Estado visinho, e tive o prazer de ver satisfeito o meu appello, como vereis pelo telegramma que abaixo transcrevo:

« Porto Alegre, 12 de Abril de 1903.—Coronel Vidal Ramos, Governador do Estado de Santa Catharina.—Não desejamos alimentar a funesta guerra de tarifas inter-



nas, que reputamos inconstitucionaes e anti-economicas. Até agora, ante as reclamações incessantes, emanadas dos órgãos mais autorisados do commercio brasileiro, era lícito esperar que, por deliberação dos poderes federaes ou por iniciativa dos proprios governos locaes, fosse abolida a vexatoria tributação inter-estadual. Em face da concorrência crescente dos productos de outros Estados, que, tributando os nossos, mandam para aqui similares Rio Grandenses, a attitude de indiferença equivaleria em consentir no total anniquilamento das industrias locaes.

Não sendo isso possível, no uso da authorisação concedida pela Assembléa dos Representantes, em sua ultima reunião, foram expedidos os decretos n. 594, de 5 de Fevereiro, e n. 609, de 31 de Março deste anno, mandando arrecadar as taxas addicionaes de 100 e 200 réis sobre litro de aguardente e alcool, de 2\$000 por milheiro de charutos, de 2\$000 por milheiro de cigarros, de 2\$000 por kilo de fumo desfiado ou migado, de 100 réis por kilo de herva matte e de 100 réis por caixa de phosphoros.

Não pretende o governo tributar o consumo de todos os generos, mas sómente aquelles que procedem dos Estados onde os similares do Rio Grande estão sujeitos a pesados gravames. Assim, ficam exceptuados das alludidas taxas os productos originarios desse Estado, que sabiamente mantem o regimen da livre circulação das mercadorias nacionaes.—Cordeaes saudações. (Assignado)—*Borges de Medeiros.*»

Cumpre-me agora, chamando a vossa attenção sobre tão momentoso assumpto, pedir-vos que secundeis os esforços do executivo, dirigindo-vos aos poderes da União no sentido de serem decretadas medidas que garantam o livre transito das mercadorias nacionaes, em todo o territorio da Republica.

### **Telegraphos**

Graças ao elevado criterio que caracteriza o patriotico governo federal, aos estorços do illustre ex-governa-

dor do Estado Dr. Felipe Schmidt e á boa vontade do incansavel ex-chefe do districto telegraphico Dr. Sá Freire, tivemos, no periodo que vai de vossa reunião anterior á presente, notavel desenvolvimento na rede telegraphica.

E' assim que as communicações telegraphicas estenderam-se de Lages a Campos Novos, passando por Curitybanos, sendo creadas novas estações n'esses dous pontos.

O municipio de Camboriú foi tambem ligado á estação de Itajahy.

Esses auspiciosos factos constituem notavel melhoramento que impulsionará a prosperidade das citadas zonas.

Ainda no intuito de tornar mais ampla a rede telegraphica no Estado, o sr. director geral autorisou o chefe do districto a iniciar a construcção da linha que deve ligar o municipio de S. Joaquim á estação de Lages, sendo incumbido de realisar esse trabalho o nosso conterraneo Dr. Alfredo Goeldner.

### **Limites com o Paraná**

Suppunha o Exmo. Sr. Dr. Felipe Schmidt, quando no anno findo vos dirigiu a Mensagem com que foram iniciados os vossos trabalhos, que ainda no mesmo anno ficasse decidida a questão de limites, que temos com o visinho Estado do Paraná.

Entretanto, até agora, não foi possivel ao venerando Supremo Tribunal proferir decisão a respeito, devido aos incidentes que occorreram na marcha do processo.

Substituindo o Exmo. Sr. Dr. Herminio do Espirito Santo, como relator do feito, o Exmo. Sr. Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcante deu-se por impedido, pelo que, feita nova distribuição, foram os autos entregues ao Exmo. Sr. Dr. João Pedro Belfort Vieira, que, depois de examinado todo o processado, determinou que fosse previamente paga a taxa judiciaria.

N'esse intervallo sobrevieram as férias do fôro federal.

Satisfeita a referida determinação, quando a acção



ia novamente continuar a sua marcha regular, occorreu a nomeação do ministro relator para o cargo de Procurador Geral da Republica, pelo que foram feitos ainda á nova distribuição, sendo designado o Exmo. Sr. Dr. André Cavalcanti.

Caso não surjam novos incidentes, é possível que muito breve possamos ver resolvida definitivamente essa questão,—motivo de constantes attritos entre os dous Estados vizinhos.

Devo aqui consignar os perseverantes esforços empregados pelo nosso emerito e venerando patricio conselheiro dr. Manoel da Silva Mafra, no sentido de tornar patente o nosso inconcusso direito, projectando sobre o feito, a luz intensa de importantissimos documentos e inexcediveis razões historico-juridicas.

## **Eleição Estadual**

No dia 7 de Dezembro, do anno findo, procedeu-se á eleição de um Deputado, na vaga que deixei por haver sido eleito Vice-Governador, sendo suffragado o nome do sr. major Victor Alves de Brito, o qual corresponderá certamente á confiança do eleitorado catharinense.

## **Reforma eleitoral**

A confecção de uma lei eleitoral, capaz de cercar o direito de voto das precisas garantias, é um assumpto que tem occupado a attenção de todos os espiritos, desde os primeiros albores de nossa nacionalidade.

A codificação mais perfeita, a que mais assegurou a livre manifestação das urnas, foi, inquestionavelmente, a lei de 9 de Janeiro de 1881, que, entretanto, dez annos depois, já estava considerada como um organismo impresentavel.

E' que, d'esse longo rosario de reformas que visam a legitima expressão do voto,—tarefa sobremodo ingente e patriotica para a perfeita consolidação dos regimens democraticos—resultou a convicção de que não bastam

leis, é preciso que a acção dos poderes publicos, na campanha tenaz contra as deturpações do voto, seja secundada pelo esforço intelligente, continuado e perseverante de todos; é preciso que cada uma se compenetre da obrigação de respeitar a lei e de prestigial-a.

O Congresso Federal trata de levar a effeito uma reforma ampla e completa, que, satisfazendo as justas aspirações nacionaes, virá contribuir para expurgar-nos dos vicios que ainda impedem a exacta applicação dos verdadeiros principios republicanos.

N'essas condições, e como semelhante reforma ha de revestir-se da maior somma possivel de garantias ao exercicio da liberdade do voto e respeito ao veredictum das urnas, visto que n'ella estão empenhados os nossos estadistas de mais competencia e responsabilidade politica, penso que devemos aguardar a sua approvação, sem cogitar de innovações na materia, tanto mais que o nosso legislador, muito sabiamente, reconheceu para as eleições estadoaes o alistamento federal, no intuito de tornal-o menos accessivel ás paixões locaes e evitar uma duplicata de alistamento, que daria margem a inevitaveis confusões.

### **Poder Judiciario**

A mais alta corporação judiciaria do Estado, o Superior Tribunal, que constitue a cupola de um dos poderes fundamentaes do nosso organismo politico, continúa a funcionar regularmente, sob a criteriosa presidencia do venerando magistrado sr. desembargador Dr. Domingos Pacheco d'Avila, com a cooperação efficaz e intelligente dos demais membros dessa respeitavel corporação.

Cumpro um grato dever salientando as boas relações que o Superior Tribunal tem mantido com este governo, disposto a acatar sempre as decisões proferidas pelos egregios sacerdotes da Lei.

Devo aqui registrar, com profundo sentimento de pesar, o fallecimento dos desembargadores aposentados srs.

Drs. Francisco da Cunha Machado Beltrão e José Roberto Vianna Guilhaon, que tanto souberam dignificar a tóga que vestiam e elevar os credits da magistratura catharinense.

O primeiro, que exercêra o cargo de Vice-Presidente do Superior Tribunal, falleceu em 18 de Março deste anno no Estado do Paraná, onde fôra, devido ás suas altas qualidades civicas, elevado á cadeira de Vice-Presidente do Congresso, em cujo posto teve de ceder á lei fatal da transitoriedade humana; o segundo, presidente d'aquella elevada corporação, desde a organização do Estado, desapareceu do vasto scenario da vida, no dia 3 de Junho ultimo.

Como homenagem a quem, no posto eminente que occupou, tanto soubera impôr-se á estima publica, determinei que os funeraes do Sr. Desembargador Vianna Guilhaon fossem feitos á custa do Estado.

---

Cabe-me, a exemplo do que insistentemente fizeram os meus antecessores, solicitar-vos a decretação de uma nova divisão judiciaria do Estado.

Quer sob o ponto de vista economico, quer attendendo á conveniencia de se dar melhor distribuição ás comarcas, supprimindo aquellas cujo movimento fôr insignificante,—a reorganisação, a que alludo, impõe-se inadiavelmente ao nosso espirito.

Espero que não adiareis por mais tempo o estudo d'esse importantissimo assumpto, tanto mais que o exemplo de outros Estados vos deve servir de incentivo para enfrentardes resolutamente com as difficuldades que, porventura, á vossa acção, possam antepôr pequenos interesses locais.

---

Urge, igualmente, como deveis bem aquilatar, a confecção do nosso Codigo do Processo Criminal, afim de

darmos ás leis adjectivas essa forte contextura necessaria para a defesa social.

De facto, cumpre-nos, remodelando as antigas leis processuaes, tornar mais célere e firme a acção da justiça e cercar de garantias o accusado, sem descurar da protecção á victima da perversão individual.

N'essa occasião procurar-se-ha reerguer o Jury da completa decadencia em que cahio, pois é forçoso confessar que essa brilhante instituição democratica, transformada como está em arma maleavel ao serviço das paixões e dos interesses politicos e individuaes, nada mais é do que um incentivo para o crime.

Como essa, muitas outras reformas devemos introduzir no corpo d'essa codificação, visando sobre tudo a abolição de todas as formulas inuteis e onerosas, afim de imprimir ao mechanismo judiciario um funcionamento uniforme, seguro e salutar.

Para levar-se a effeito semelhante desideratum, necessito que me habiliteis com os precisos meios, afim de poder nomear a commissão de que trata a lei n. 493 de 1900.

---

O Ministerio Publico, a cuja frente acha-se o juiz de direito sr. dr. Joaquim Thiago da Fonseca, necessita de que para elle volteis as vossas vistas, afim de dar-lhe conveniente e completa organisação.

Adoptado em todos os paizes do velho e do novo mundo, mesmo n'aquelles em que foi dado aos particulares papel preponderante no exercicio da acção penal, o Ministerio Publico jaz ainda, entre nós, n'um estado quasi amorpho.

Cumpre, portanto, que, conforme solicita o sr. Secretario Geral e se acha longamente exposto no relatorio do sr. Procurador Geral, organizeis definitivamente essa instituição e assegureis aos respectivos agentes, a independencia que devem gozar para exercitarem as funcções de representantes da administração.

Já em 1889, dizia o eminente conselheiro Ferreira Vianna, em relatório dirigido á Assembléa Geral:

«O interesse da fiel execução da lei, da defesa dos direitos nacionaes e das pessoas phisicas e moraes, a quem a sociedade deve especial protecção; a alta conveniencia de inspecção todas as instituições que auxiliam o poder judiciario, no exercicio de suas funcções e no cumprimento de suas sentenças, bem como os estabelecimentos que têm por fim recolher e educar ou regenerar os miseraveis; a obrigação de velar na administração da justiça, o imperioso dever de reprimir o crime pela certeza da responsabilidade da pena, exige que o poder publico tenha um representante que seja ao mesmo tempo o advogado da lei, o fiscal da sua execução, o procurador do Estado, o promotor da acção publica contra todas as violações do direito.

Deve essa organização, pela sua propria natureza, estender-se a todo o paiz, ramificar-se e fazer-se representar em todos os logares; mas precisa de um centro donde partam as instrucções e onde chegue a participação das occurrencias sobre que convenha providenciar, de uma autoridade que superintenda e exerça a acção directiva e disciplinar.

Urge adoptar um systema organico e functional que assegure a unidade e efficacia da acção.»

E mais adiante accrescentava:

«E', antes de tudo, preciso repellir duas noções igualmente falsas e estreitas que consideram o representante do Ministerio Publico como um empregado do juizo ou como um empregado não incumbido de fiscalisal-o.»

Assim julgo conveniente que, meditando sobre assumpto tão importante, decreteis as medidas que se tornem necessarias para que, neste Estado, o Ministerio Publico possua uma organização compativel com os seus elevados encargos.

## Saude Publica

E' satisfactorio o estado sanitario.

O beri-beri, que, na estação calmosa, desenvolveu-se com bastante intensidade nesta capital e em outros pontos do littoral, desapareceu com a entrada do inverno.

Para o incremento d'esse mal, contribuiu poderosamente a pratica de serem para aqui enviadas as praças do exercito affectadas delle em outras guarnições.

Contra esse facto reclamei ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, lembrando n'essa occasião o estabelecimento de um Sanatorio na Angelina, que, como sabeis, é um ponto proprio para cura dessa molestia.

Os casos de typho, que appareceram em Theresopolis, causando natural sobresalto na respectiva população, foram considerados esporadicos pelo sr. Dr. Inspector de Saude, que, logo que teve noticia do facto, para alli seguiu com o fim de conhecer as causas do mal e de tomar as medidas necessarias para impedir a sua irradiação.

Felizmente, como previo aquelle zeloso funcçionario, a molestia não desenvolveu-se com character epidemico.

O receio da invasão da peste bubonica, existente então no visinho Estado do Sul, produziu justo alarme na população das nossas cidades maritimas.

Tratei, de accordo com os srs. Superintendente Municipal, Inspector de Saude dos Portos e Inspector de Saude do Estado, de pôr em pratica as providencias mais urgentes, solicitando do governo central as medidas que escapavam á esphera de acção dos poderes locais.

Nomeei, de accordo com o chefe do poder executivo municipal, que nesta emergencia teve, ainda uma vez, occasião de demonstrar a sua inexcédível dedicação á causa publica, diversas commissões sanitarias, incumbindo-as de fazer visitas domiciliarias.

Ao zelo e dedicação das referidas autoridades e dos cidadãos que constituíram taes commissões e á boa vontade dos habitantes d'esta cidade, devemos as satisfactorias condições hygienicas em que ella felizmente se encontra.

Attendendo á solicitação d'este Governo, o Exmo. Sr.



Ministro do Interior forneceu ao Estado uma estufa Gneist, dous pulverisadores e quinze fumigadores, material este capaz de attender ao serviço de desinfectão, em caso de necessidade.

Sob o ponto de vista da hygiene defensiva, seria de grande alcance para o nosso, como para os demais Estados, que o Governo Federal fizesse nos portos brasileiros a installação dosapparelhos Clayton, que, destinando-se á desinfectão dos navios e exterminio dos ratos e insectos transmissores de germens pathogenicos, teem sido vantajosamente empregados nos portos americanos e inglezes.

### **Ordem e segurança publica**

Tenho justa satisfação em noticiar-vos que nenhuma perturbação deu-se na ordem publica, continuando assim o povo catharinense a manter as suas honrosas tradições de amor á ordem e respeito ás leis e ás autoridades constituídas.

Os casos usuaes de transgressão da lei, os desvios da consciencia do dever e os abusos da liberdade, que a estatistica criminal registra, entre nós, não devem causar emoção excepcional, porque são communs na vida dos povos, mesmo os mais cultos, entre os quaes o policiamento constitue uma das maiores preocupações dos governos.

Convem, não obstante esse satisfactorio estado de cousas, que habiliteis o governo com os meios efficazes para, em um momento eventual de perturbação da ordem, ou nas mais salientes infracções da lei penal, agir com segurança e precisão.

Entre as medidas que podem concorrer para esse resultado, figura a criação do cargo de commissario regional, cuja nomeação o governo fará todas as vezes que a ordem publica o exigir.

Bem deveis comprehender a importancia d'essa providencia, dada, muitas vezes, a necessidade de se designar, para casos urgentes, uma autoridade extranha aos interesses locaes, e a impossibilidade de, pessoalmente, o Pre-

feito de Policia attender á exigencia de serviços de certa relevancia em pontos afastados da capital.

Para repressão do crime de moeda falsa, por exemplo, que nos ultimos tempos tem, em todo o paiz, assumido extraordinarias proporções, seria da maxima conveniencia a adopção da medida que submetto á vossa illustrada deliberação.

---

Acha-se actualmente a cargo do Juiz de Direito sr. Dr. Egydio Chagas a prefeitura de policia, sendo digno de encomios o modo prudente e calmo por que tem sido dirigido, por esse magistrado, o serviço policial do Estado.

---

A força publica do Estado continúa a prestar reaes serviços á garantia da ordem e á repressão dos delictos, não obstante achar-se ella muito inferior, quanto ao numero, ás mais restrictas exigencias do serviço.

O quartel do Corpo está em boas condições hygienicas, cumprindo-me salientar que o respectivo commandante e officiaes mantêm a severa disciplina que é exigida pelas elevadas funcções que a força publica desempenha nas aggremações sociaes.

---

Convem que habiliteis o poder executivo a dar ao serviço penitenciario uma organização mais conforme com os principios da criminologia moderna e menos onerosa para o Estado.

Os condemnados, recolhidos á cadeia desta capital, ou vivem na mais abjecta ociosidade, architectando planos de subversão social, ou trabalham exclusivamente para si, sendo-lhes, porém, o sustento fornecido pelo Estado.



Para eliminar parte das responsabilidades assumidas por este e afim de evitar os males resultantes de tão perniciosa inercia, conviria o estabelecimento de officinas em que os presos, desenvolvendo a sua actividade, proovessem á propria subsistencia e, no trabalho reparador, fossem buscar o mais poderoso reagente das tendencias criminosas.

O delicto, que não tem sómente factores anthropologicos, mas tambem sociaes, como a miseria, o vicio, a ociosidade, deve ser evitado e não simplesmente punido.

Assim sendo, cumpre que a sociedade, aproveitando a reclusão de um individuo, em vez de estiolar-lhe os sentimentos affectivos, desenvolva-os sob o influxo do trabalho, para que, quando sahido do carcere, o criminoso occasional, perseguido pela miseria, aniquilado pela preguiça, insensibilizado pela ociosidade, não se veja compellido a odiar os seus semelhantes e a reincidir na pratica do crime.

Demais a alimentação incondicional dos presos, quer dos inactivos, quer até dos que vivem, á custa do Estado, enthesourando capitaes, é uma aggressão ao direito alheio, porque é o resultado das economias dos contribuintes, mantendo o criminoso, que, em vez de reparar o damno causado á sociedade, augmenta-o, impondo-lhe ainda o encargo da sua subsistencia.

Nessas condições, penso que não deixareis de attender á solicitação que vos fiz no inicio d'estas considerações, pois com algumas reformas, aliás pouco dispendiosas, o actual edificio da cadeia da capital pode adaptar-se perfeitamente ao fim que venho de expor.

Já os meus antecessores chamaram a attenção dos representantes do Estado para as pessimas condições em que se acham as cadeias do interior, nas quaes falta não só a hygiene mais elementar como a precisa segurança.

Para esses inconvenientes, que ainda perduram, deveis volver as vossas vistas.

## Instrucção Publica

Sobre esse magno assumpto, apenas posso registrar, com satisfação, o empenho da iniciativa particular, em alguns pontos do Estado, para a fundação de Institutos de instrucção secundaria e de escolas primarias.

Alguns destes estabelecimentos de ensino, graças á tenacidade dos seus fundadores, estão prestando excellentes serviços á mocidade catharinense, salientando-se, dentre elles, o collegio S. José, fundado em Lages pêllos Padres da Ordem de S. Francisco, hoje equiparado ao Gymnasio Nacional, o que representa uma conquista de alto valor para a causa da instrucção.

Os resultados do ensino ministrado pelo Estado não compensam, infelizmente, os sacrificios feitos para mantel-o.

O Gymnasio Catharinense, que conta aliás com um corpo docente de reconhecida idoneidade, não tem a frequencia que devia ter, pois no corrente anno lectivo apenas 54 alumnos matricularam-se.

Apezar das constantes prorogações do prazo para extincção dos exames parcellados, é de esperar que elles deixem em breve de existir com a execução completa do novo codigo de ensino; pois os poderes federaes não deixarão, de certo, de reconhecer as inconveniencias do regimen de duvidas e de incertezas, que tanto prejudica e embaraça a mocidade que se destina ás escolas superiores.

Convém, portanto, que habiliteis o governo a reorganisar o Gymnasio, pondo-o em condições de poder gozar das vantagens da equiparação ao Gymnasio Nacional.

A instrucção primaria entre nós muito deixa a desejar, devido principalmente a duas causas: incompetencia de grande parte dos professores e absoluta falta de fiscalisação.

A frequencia da Escola Normal tem sido reduzidis-

sima, e nem todos os que a frequentam destinam-se ao magisterio publico, devido á exiguidade das vantagens que offerece esta carreira. D'ahi o limitado numero de professores diplomados.

A fiscalisação do ensino é completamente nulla. Os chefes de districtos e delegados escolares—quasi sempre homens sem a necessaria instrucção—não sendo remunerados, limitam, em regra, as suas funcções á attestação, muitas vezes falsa, do exercicio dos professores e da frequencia da escola,—que nunca visitaram e que talvez nem saibam onde funciona.

Si outras fossem as nossas condições financeiras, eu vos proporia uma reforma que, dividindo o Estado em tantas zonas quantas fossem necessarias, autorisasse o governo a collocar em cada uma dellas um inspector de ensino, remunerado e com obrigações bem definidas, de modo que a responsabilidade do cargo podesse ser efectiva.

Entretanto, alguma cousa pode-se, desde já, fazer, sem grande augmento de despeza.

A instituição de grupos escolares, que tem provado bem em alguns Estados, deve, segundo penso, ser adoptada nesta capital e nas cidades, onde existam edificios com as necessarias condições para a installação dos grupos, cuja direcção deve ser confiada a professores de reconhecida idoneidade.

Em virtude do disposto no § 12 do art. 2.º da Lei n. 554, expedi o Decreto n. 117, de 15 de Dezembro, tudo do anno passado, supprimindo as escolas de arrayaes em numero de 66, das quaes 22 estavam vagas e as outras eram regidas por professores interinos, em regra, sem as precisas habilitações para o magisterio.

Por decretos posteriores, foram supprimidas mais 3 escolas de arrayaes, que, na occasião da publicação do citado Decreto n. 117, estavam preenchidas por professores effectivos e vitalicios.

Mais amplas informações sobre este importante ramo de serviço publico, encontrareis no relatorio do Dire-

ctor da Directoria de Instrucção, annexo ao do Secretario Geral dos Negocios do Estado.

## **Estatistica**

Por decreto de 12 de Março, criei o serviço de estatistica do Estado, confiando-o a uma directoria, a cargo do sr. José Arthur Boiteux, de cuja solicitude espero que tão importante ramo de serviço publico, que «é para os governos o que a bussola é para os navegantes», produzirá as reaes vantagens que d'elle decorrem.

## **Junta Commercial**

Como vereis pelo Relatorio do sr. Secretario Geral, a Junta Commercial não se acha organizada de conformidade com o Regulamento que baixou com o Decreto de 25 de Fevereiro de 1899, em virtude de não se ter, até hoje, conseguido fazer a eleição dos respectivos membros.

No referido Relatorio estão indicadas as causas que têm obstado a reunião do Collegio Commercial.

## **Estabelecimentos pios**

E' digna de acolhimento a ideia, já manifestada por diversos modos, da criação de um Asylo para os alienados, cuja reclusão nas prisões, além de constituir uma deshumanidade, prejudica a bôa ordem do serviço interno das Cadeias, pela necessidade de—para isolar os loucos—accumular-se os detentos em maior numero do que comporta cada prisão.

Convém, portanto, que cogiteis dos meios de levar a effeito a realisação de um tentamen, cuja importancia não preciso encarecer.

Continuam a funcionar os hospitaes desta capital, de Itajahy, São Francisco, Laguna, Blumenau e Joinville.

Em minha opinião, e no intuito de alargar as con-

dições existenciaes dos estabelecimentos pios subvencionados pelo Estado e attender á regularidade do serviço hospitalar, deveriam estes ser reduzidos ao numero de 4, sendo 1 na capital e os outros 3 nos centros mais populosos das zonas que deverão servir.

### **Vida Municipal**

A 7 de Dezembro, do anno findo, realisaram-se, em todo o Estado, as eleições para Superintendentes, Concelheiros municipaes e juizes de paz.

O pleito correu com a maxima independencia e sem a intervenção das autoridades estadoaes.

Em quasi todos os municipios, as eleições effectuaram-se em plena ordem e harmonia, sem protesto algum, exclusive nos municipios de Urussanga e Coritybanos, onde deram-se divergencias quanto ao veredictum eleitoral, sendo pelos divergentes interposto o recurso de que trata o art. 8º da lei n. 528, de 1901.

Do assumpto, tereis de tratar opportunamente, quando vos forem presentes os papeis relativos ao pleito.

Quer n'um, quer n'outro municipio, mandei que continuassem em exercicio as autoridades do periodo municipal transacto, de accordo com o art. 10 da citada lei.

---

Utilizando-me da faculdade conferida pelo art. 46 n. 18 da Constituição do Estado, suspendi por dec. n. 187, de 28 de Fevereiro do corrente anno, as leis ns. 11 e 12 do municipio de Urussanga, por contrarias á mesma Constituição.

Em Mensagem especial, dar-vos-hei conhecimento dos termos do decreto e das citadas leis.

---

Um dos assumptos que deve preoccupar seriamente a vossa attenção, é o da divisão administrativa do Estado.

De ha muito, ou antes, desde os primordios da nossa Constituição sob o actual regimen, vem se accentuando a necessidade de uma reforma que remova os males resultantes da facilidade com que foram elevadas á categoria de municipios, povoações que não reúnem elementos de vitalidade.

Se no regimen antigo—de geral tutela—essa inconveniencia não se tornava sensivel, no actual, ella se destaca muito nitidamente, porque o municipio é a molecula do organismo federativo de que o Estado é a cellula.

Portanto, considerada a organização local como a base da organização administrativa, não se deve consentir na existencia de municipios que não reunirem os requisitos indispensaveis ao exercicio da autonomia, que a sabedoria do legislador constituinte lhes assegurou.

O municipio autonomo deve ser a escola da liberdade, na phrase de Laboulaye.

E' preciso, pois, que essa bellissima criação possa ser, entre nós, a escola onde o cidadão aprenda a amar as instituições, pelos beneficios que ellas lhe garantem.

Mas, para que o municipio seja o que deve ser no actual regimen, é necessario que a sua compleição seja bastante robusta, para que «elle não fique á mercê de um ou de alguns, que pela audacia ou por qualquer outra superioridade, sobrepoê-se á sociedade local, imperando como regulos de aldeia», na phrase incisiva de Quintino Bocayuva, o venerando chefe da democracia brasileira, que, indiscutivelmente, é a mais autorisada opinião em que eu podia apoiar as despretenciosas considerações que o cumprimento do dever obriga-me a fazer sobre este magno assumpto.

Bem se vê, portanto, que deveis cuidar de uma remodelação em nossa divisão administrativa, supprimindo aquelles dos municipios, cujas rendas, demasiadamente escassas, não permittirem o custeio dos serviços inherentes á dignidade municipal, e adoptando ao mesmo tempo, providencias no sentido de uniformisar as diversas leis organicas que, em alguns casos, constituem verdadeiras



anomalias legislativas, pela phantasia que presidio á sua confecção.

E, parece-me, nenhum entrave será posto á vossa acção, neste sentido, porque, se os municipios entendem que o Estado deve quotidianamente auxilial-os nas mais insignificantes despesas, parallelamente teem de admittir-lhe a faculdade de exercer uma certa vigilancia.

Não ha, no campo juridico, direito a que não corresponda um dever.

O ardor com que sempre pugnei pela autonomia municipal, dá-me o direito de assim exprimir-me em face da deturpação da instituição que eu considero a base da grandeza da minha Patria.

Alguns dos actuaes municipios não podem subsistir por falta absoluta de elementos de prosperidade.

Consentir, portanto, que taes circumscripções continuem arrastando uma existencia que somente pode servir a pequenos interesses politicos, é, na minha humilde opinião, contribuir para o enfraquecimento dos alicerces da federação.

O quadro seguinte evidencía a veracidade desta asserção:

MUNICIPIOS	Habitantes segundo o re- censamento de 1900	Receita, segundo a arrecadação de 1902
Blumenau . . . . .	34.472	89:254\$540
Florianopo'is . . . . .	32.759	133:228\$607
Tubarão . . . . .	23.389	29:828\$412
Joinville. . . . .	19.670	66:903\$256
Lages. . . . .	18.872	44:939\$576
Palhoça . . . . .	17.544	15:806\$856
Laguna . . . . .	16.471	40:821\$899
Araranguá . . . . .	16.311	7:229\$590
Itajahy . . . . .	15.692	37:453\$745
Tijucas . . . . .	12.587	12:917\$395
S. José . . . . .	10.589	26:323\$712
Biguassú . . . . .	9.362	6:426\$030
Brusque. . . . .	9.124	19:635\$208
S. Francisco . . . . .	8.584	11:726\$867
Imaruby. . . . .	7.925	3:929\$852
Paraty . . . . .	7.257	2:676\$985
Urussanga . . . . .	7.145	7:679\$678
S. Joaquim . . . . .	6.755	9:231\$095
Campos Novos. . . . .	6.695	5:528\$012
Coritybanos. . . . .	6.266	11:500\$000
Nova Trento . . . . .	5.805	3:876\$200
S. Bento . . . . .	5.706	19:781\$140
Garopaba . . . . .	5.700	2:448\$350
Camboriú . . . . .	5.242	3:886\$280
Porto Bello. . . . .	4.509	6:430\$000
Jaguaruna . . . . .	4.154	3:176\$280
Campo Alegre. . . . .	2.645	4:803\$480

### Terras e Colonisação

Devendo terminar, a 31 de Agosto proximo, o contracto celebrado com o cidadão Antonio Maria Barroso Pereira, para o estabelecimento do Commissariado Geral do Estado, *ex-vi* do dispositivo da Lei n. 282, de 8 de Ou-

tubro de 1897, lembro-vos a necessidade de dar organização definitiva ao serviço de Terras e Colonisação.

Em minha opinião, deveis concentrá-lo na Directoria de Terras e Obras Publicas, conservando, para sua execução, a actual divisão do Estado em districtos, para os quaes o Governo nomeará agentes ou commissarios, com as attribuições definidas no cap. II do Regulamento que baixou com o Decreto n. 129, de 29 de Outubro de 1900.

Torna-se inadiavel a revisão da nossa legislação de terras, afim de corrigir defeitos e preencher lacunas que a experiencia tornou patentes.

No minucioso relatorio do Sr. Secretario Geral dos Negocios do Estado, assim como no do Sr. Encarregado do Commissariado Geral, que vem annexo áquelle acham-se, com clareza e precisão, indicadas as medidas que devem ser promptamente adoptadas, não só para evitar a expoliação do patrimonio do Estado, como para reivindicar extensas áreas de terras, incorporadas ao dominio privado por meio de fraudulentas legitimações e phantasticas medições.

Para os referidos documentos chamo a vossa attenção, certo de que ás providencias ali apontadass a vossa sabedoria reunirá ainda outras que, consubstanciadas em lei, habilitarão o executivo com os elementos necessarios para uma acção prompta e efficaz, no sentido de salvar guardar interesses de tão alta monta.

A entrada de immigrants, no anno de 1902, foi maior do que no anno anterior.

Em 1901 demandaram os nucleos coloniaes da Hanseatica 318 immigrants, ao passo que em 1902 esse numero ascendeu a 872, dos quaes 736 por conta da companhia e 136 expontaneamente.

A população desses nucleos era, em 31 de Dezembro ultimo, de 1.674 habitantes.

Durante o anno findo, a companhia Hanseatica vendeu 222 lotes com 5.834,04 hectares, e fez medir mais 156.

Em igual periodo construiu 34.110 metros de es-

trada de rodagem, 4 pontes e muitos boeiros, além de 31.074,5 metros de caminhos p provisórios.

No relatório do respectivo Director, encontrareis dados mais completos sobre os trabalhos dessa importante companhia, que não tem desmentido a tradição que lhe foi legada pela Colonisadora de 1849, que em 1850 fundou a colonia D. Francisca, hoje florescente cidade de Joinville.

## **Industrias**

O futuro da nossa lavoura deve ser objecto de cuidadoso estudo dos poderes publicos. As difficuldades, que assoberbam-n'a actualmente, não devem ser levadas somente em conta dos factores da crise geral que atravessamos.

Cumpre estudar tambem os multiplos phenomenos da transformação que se vai operando na vida economica do Paiz, em consequencia da propria crise, porque elles actuam muito directamente sobre a nossa economia interna.

Assim é que os productos da nossa agricultura soffrem hoje forte concorrência nos mercados consumidores, em virtude da polycultura, que se generalisa por todos os Estados.

Ante esta situação, cujos perigos se annunciam tão evidentemente, urge, embora com sacrificio, agir no sentido de salvar a nossa lavoura de completa ruina, promovendo o aperfeiçoamento dos seus productos, para que elles possam competir com os similares nos mercados de consumo.

As providencias, segundo creio, que mais podem contribuir para esse intuito, são: a redução gradual dos impostos de exportação, á medida que a receita proveniente do imposto sobre o capital, fôr augmentando; a propaganda em pról da substituição, no mais curto espaço de tempo possivel, dos anachronicos processos de cultura que a rotina mantem entre os nossos agricultores; e, finalmente, a diffusão do ensino profissional.

A Escola Agronomica de Blumenau que, sob a in-

telligente direcção do Dr. Giovanni Rossi, tem prestado excellentes serviços á industria agricola d'aquella uberri-ma zona, não está, como o mesmo funcionario reconhe-ce, situada no ponto mais conveniente.

Conviria, portanto, transferil-a para as proximida-des desta capital, onde seria convertida em centro do serviço, que convem irradiar por todo o Estado, por meio de escolas experimentaes ou campos de demonstração.

O governo está, como sabeis, autorisado a effectuar a transferencia; não comportando, porém, a verba consi-gnada para o custeio do estabelecimento, as despesas com a nova installação, impossivel torna-se o uso dessa fa-culdade.

Como complemento dessas medidas, seria de grande alcance a realisação de exposições de productos agrico-las, fabrís, pastoris, etc., não só nesta capital, como, a exemplo do que já fez o adiantado municipio de Joinvil-le, nos proprios centros onde o nosso desenvolvimento industrial mais se accentua.

Esse importantissimo assumpto é digno de toda a solicitude do legislador catharinense.

---

A industria pecuaria deve merecer os vossos cuida-dos, porque, não só é a principal fonte de riqueza de uma grande parte do Estado, como tambem constitue poderoso elemento da nossa prosperidade financeira.

O desenvolvimento a que essa lucrativa industria attingiu nas Republicas do Prata, que não possuem cam-pos melhores do que os nossos, deve-nos servir de in-centivo para um trabalho perseverante e bem dirigido, no sentido de aperfeiçoar os nossos processos de criação, que são ainda os dos tempos primitivos.

Conviria, sobretudo, facilitar a importação de repro-ductores da especie bovina, tão descurada entre nós, não obstante ser a que mais vantagens offerece ao criador.

Para este fim, o governo deve ser autorisado a fazer as despesas com o transporte dos animaes da referida es-

pecie, importados pelos creadores do Estado, que, previamente, solicitem esse favor. Esta providencia habilitaria o Governo a exercer a fiscalisação necessaria para evitar a introducção de raças que, por não serem adaptaveis ás circumstancias locais, não se prestam para o cruzamento com o nosso gado.

Estou convencido de que a industria do leite ha de constituir, no futuro, uma das mais importantes riquezas do Estado. Logo que a zona serrana disponha de vias de comunicação que possam dar facil sahida aos seus productos, essa industria será ali um poderoso elemento de progresso, e tanto mais rapido será o seu desenvolvimento se, na epocha opportuna, encontrar para ella preparados, pelo cruzamento com raças finas, os grandes *rodeios* de gado que *povoam* as vastas campinas daquella futura região.

Parece-me tambem que é tempo de tentarmos abrir o mercado do Rio de Janeiro á nossa industria pecuaria.

Se o Rio Grande do Sul, muito mais afastado e não dispondo de um bom porto, vae começando a exportar, com vantagem, o seu gado em pé, porque razão não o fazemos nós, que dispomos de excellentes portos, onde com facilidade poder-se-hia construir grandes embarcadouros?

A redução dos direitos de exportação por um certo numero de annos, para o gado que sahir pelos nossos portos, muito poderia contribuir para a obtenção de semelhante desideratum.

Uma das maiores difficuldades com que lucha actualmente a industria pecuaria, é o alto preço do sal.

As municipalidades da Região Serrana solicitaram do Congresso Nacional a redução dos pesadissimos direitos que gravam esse genero de primeira necessidade e de grande consumo na zona pastoril, onde, como sabeis, é indispensavel á alimentação do gado. Prestareis um excellente serviço a uma das mais importantes industrias do Estado, reforçando este justo pedido das alludidas municipalidades.

Uma industria que pode vir a ser no Estado um importante elemento de riqueza é a da seda, visto que com ella não se dá o que succede com outras que têm de ir buscar no exterior a materia prima.

Entre nós a amoreira póde dar até 8 colheitas annuaes, ao passo que na Europa não alcança mais de duas.

A producção da seda pode, portanto, desenvolver-se com vantagem, especialmente entre os nossos colonos italianos, que conhecem bastante essa industria.

Assim, pois, penso que seria util estimular a iniciativa particular com alguns favores que facilitassem o estabelecimento de fabricas de fição e que promovessem a criação do bicho da seda.

---

Embryonaria é ainda a nossa industria extractiva, muito embora o grande numero de concessões feitas que não são mais do que verdadeiros escolhos, ante os quaes se esboroam todas as tentativas sérias.

Esse estado de cousas deve ser attribuido á falta de iniciativa e de capitaes, porquanto em outros paizes, talvez menos fartamente dotados pela Natureza, tal industria toma notavel incremento, ao mesmo tempo que engrandece o logar onde se effectua, porque, mais do que qualquer outra, forma rapidamente poderosos nucleos de população.

Despertam, entretanto, fundadas esperanças os esforços que o Exmo. Sr. Ministro da Industria tem feito para, apurando as qualidades do carvão mineral deste Estado, adoptal-o nas estradas de ferro da União.

Nesse intuito, S. Ex. realisou importante experiencia na Estrada de Ferro Central, sendo o resultado bastante satisfactorio.

Outras provas vão ser levadas a effeito, afim de ficar bem constatada a superioridade do carvão catharinense, considerado como pertencente á qualidade denominada «hulha gorda».

E' licito, portanto, acreditar que um novo e poderoso elemento de prosperidade, para o nosso Estado, annuncia-se sob os melhores auspicios.

Autorisado pela Lei n. 540, do anno passado, mandei lavrar no Thesouro do Estado contracto com a «The Brazilian Cold Storage and Development Company, limited», por seu procurador Coronel Emilio Blum, para o estabelecimento de depositos frigorificos.

Não preciso encarecer a importancia d'esse contracto, porquanto as vantagens que o Estado auferirá da realisação de tão auspicioso melhoramento não podem ser postas em duvida, provado como está que os depositos frigorificos deram extraordinario impulso á exportação de carnes, peixes, fructas, etc., na Australia, Estados Unidos e Republica Argentina.

Para a nossa industria pastoril, principalmente, a execução do contracto trará inilludivel proveito, pois, além de abrir-lhe novos mercados, promoverá o aperfeiçoamento das raças, estimulando os criadores a melhorarem o gado *crioulo* pelo cruzamento com os mais apreciados typos, pois dependendo, como é sabido, o exito dos negocios que a Companhia pretende explorar, da qualidade dos productos exportados, é obvio que dará sempre preferencia ao gado mestiçado, que tem sempre mais pezo, mais gordura e, por isso mesmo, mais valor.

Além d'isto, a Companhia propõe-se a montar estabelecimentos zootechnicos e a facilitar ao Estado e aos particulares a aquisição de animaes de raça.

## **Viação e Obras Publicas**

A viação publica tem sido objecto de constantes preocupações do meu governo.

A experiencia adquirida no desempenho dos cargos que a soberania popular me tem confiado, firmou em meu espirito a convicção, que, do desenvolvimento das nossas



vias de comunicação, depende o futuro desta abençoada terra, que guarda em seu seio incomparáveis riquezas.

Penso, portanto, que não se deve medir sacrificios para conseguir esse grande desideratum, porque, como consequencia d'elle, teriamos, indubitavelmente, o povoamento do nosso uberrimo solo, a prosperidade das industrias existentes e o estabelecimento de novas, a expansão do commercio, a diffusão da instrucção publica, o progresso e o bem estar, emfim.

A crise financeira que atravessamos, porém, infelizmente pouco nos permite fazer. A propria conservação das estradas existentes muito deixa a desejar, o que é realmente para lastimar, pois que, além de importar esse facto em um verdadeiro retrocesso, essas estradas representam um enorme sacrificio do erario publico.

Peço para este assumpto toda a vossa attenção, afim de que habiliteis o Governo com os recursos indispensaveis, para salvar de compelta ruina as nossas melhores vias de comunicação, que constituem importantissima parte do patrimonio do Estado.

A verba consignada no orçamento vigente, para esse serviço, já não é sequer sufficiente para a conservação da estrada D. Francisca, que reclama verdadeira reconstrucção.

Muitas têm sido as concessões de vias-ferreas no nosso Estado, mas, até hoje, ellas não passaram de esperanças fallazes, de modo que possuímos unicamente a D. Thereza Christina, estrada de pequeno percurso e de trafego insignificante, devido principalmente á falta de um porto maritimo em condições de dar facil sahida aos productos da zona que ella serve.

Na direcção d'essa ferro-via, hoje sob a administração do Governo Federal, acha-se o projecto engenheiro Dr. Alvaro Marcondes Rodovalho, cuja competencia profissional é garantia do seu bom funcionamento.

A interrupção do trafego no trecho entre Orleans

e Minas, ponto inicial da estrada do Rio do Rastro, muito prejudica aos interesses do commercio e da propria estrada de ferro, pelo que torna-se necessario e urgente que o governo federal dê o maior impulso ás obras de reconstrucção do referido trecho.

No dia 27 de Abril, foram iniciados os estudos definitivos da Estrada de Ferro Transbrasileira.

O facto, por sua culminante importancia, despertou, como era natural, as mais fundadas manifestações de regosijo, por parte dos que comprehendem o alcance economico de um empreendimento que transformará o nosso Estado em celeiro e escoadouro dos productos das zonas percorridas pela Estrada.

A' frente da empresa, garantida pelo concurso de capitalistas notaveis, acha-se uma pleiade de distinctos brasileiros, dentre os quaes destaca-se o Sr. Dr. Roxo de Rodrigues, presidente da Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande, o que assegura o bom exito dos trabalhos e a definitiva construcção da Estrada, que a Companhia, como disse o illustre engenheiro acima citado, está no firme proposito de levar a effeito, aproveitando os recursos que offerece essa importante zona em grande parte colonizada.

Demais, essa rêde de viação ferrea é francamente amparada pelos altos poderes da Republica, que a julgam de grande utilidade para a defeza do paiz.

Effectivamente, o porto de São Francisco, reconhecido até como um dos mais proprios para a remoção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, offerece as mais seguras garantias para a prosperidade da Empresa.

Sahindo da ilha de São Francisco, a estrada atravessa o continente, tocando nos municipios de Joinville, São Bento e Campo Alegre, neste Estado, seguindo d'ahi até a estação *Roxo de Rodrigues*, onde entroncará com a São Paulo-Rio Grande.

Internando-se no Paraná, em demanda de Guara-

puava, a linha torna a descer, seguindo ao longo do Iguassú, divisa entre este Estado e o Paraná, até as fronteiras da Argentina e Paraguay.

Como vêdes, é uma obra gigantesca, pela qual, sem pequenas preocupações locais, nos devemos interessar e fazer votos para que possamos contal-a como auspiciosa realidade.

Acha-se infelizmente paralyzada a construcção da linha de tramways do Estreito á prospera villa da Palhoça, por falta de capitaes.

A directoria da empresa emprega, entretanto, ingentes esforços para remover essa difficuldade, pelo que devemos esperar que dentro de pouco tempo, proseguirão os trabalhos já iniciados.

Como sabeis, a Companhia já adquirio o material rodante, e, segundo informações que me foram dadas, espera receber em breve os trilhos para o primeiro trecho da linha.

Tenho a satisfação de communicar-vos que, no dia 26 de Maio ultimo, inaugurei solememente a estrada do Rio do Rastro, que, como sabeis, partindo da estação terminal da Estrada de Ferro D. Thereza Christina, vai ao municipio de S. Joaquim da Costa da Serra.

Desde o referido dia, portanto, essa importantissima via de communicação está entregue ao transito publico.

Cedendo aos impulsos do meu coração, justamente rejubilado pela realisação de uma obra que muito concorrerá para o desenvolvimento do meu Estado e, particularmente, da zona em que nasci, não quiz deixar de ir, em pessoa, levar á laboriosa população serrana a grata noticia de que era, emfim, uma realidade a sua velha aspiração de ver curvado, pela passagem de uma estrada digna desse nome, o dôrso da magestosa serra que, por

longo tempo, zombou dos esforços que diversas gerações fizeram para vencel-a.

Para avaliar as vantagens desse melhoramento, basta dizer que, em 4 horas de viagem, pode-se fazer o percurso da estação de Minas aos campos de S. Joaquim da Costa da Serra.

Essa circumstancia e a conveniencia de, servindo aos interesses da lavoura e das industrias, dar desenvolvimento ao trafego da ferro-via D. Thereza Christina, explica perfeitamente e justifica a preferencia que a administração do honrado e benemerito Dr. Felipe Schmidt deu á construcção da estrada a que venho de referir-me.

A despeza total com a construcção desta importante via de comunicação attinge á importancia de..... 658:725\$000, sendo 436:625\$000, com a parte feita por administração, e 222:100\$000, no trecho contractado com os srs. José Monteiro Cabral e Julio Bopprá.

Não está ainda concluida a ponte sobre o rio Passadous, iniciada pelo Sr. Dr. Polydoro Olavo de Santhiago, quando administrava o serviço, e comprehendida no contracto.

A construcção da estrada de Lages, á qual destinei a maior parte da quantia tomada, por emprestimo, ao Lyceu de Artes e Officios, prosegue com bastante actividade, sob a direcção do operoso agrimensor Emilio Kuntz.

A conclusão desta grande via de comunicação, que, como bem disse um dos administradores que maior impulso deram á sua construcção, «já deixou de ser uma aspiração para se tornar n'uma palpitante necessidade dos interesses commerciaes e politicos do Estado», será um dos maiores empenhos do meu Governo.

Não tenho necessidade de entrar em longas considerações, para justificar a minha profunda convicção de que não existe assumpto mais digno da attenção dos poderes publicos do que a solução do velho problema da ligação da capital do Estado ao centro mais importante da opulenta região serrana.

Não ha melhoramento de que mais se tenha fallado: —os *Annaes* d'esta casa são d'isso prova evidente, como tambem o são as Mensagens de todos os meus antecessores.

Pode-se mesmo affirmar que elle tem sido a principal preocupação de todos os governos e a mais imperiosa exigencia da opinião publica.

Actualmente, acha-se em construcção a V secção, já no valle do rio Itajahy, tendo transposto o morro do Quebra-dentes, considerado como um dos trechos de mais difficil execução.

Oxalá, não faltem á minha administração os recursos necessarios, se não para concluir, ao menos para adiantar, tanto quanto desejo, a realisação de tão importante obra.

---

Pretendo fazer proseguir em breve os trabalhos de construcção da estrada de Biguassú a Tijucas e de Blumenau a Curitybanos, aproveitando n'elles os serviços dos colonos que quizerem, d'esse modo, pagar seus debitos para com o Estado.

---

Foi bastante adiantada a construcção da ponte sobre o rio do Cedro, em Blumenau. A exiguidade, porém, dos recursos de que dispõe o Thesouro, para attender ás obras publicas, obrigou-me a mandar suspender a execução dos trabalhos, afim de poder continuar a construcção da ponte do Garcia, no mesmo municipio, inquestionavelmente muito mais urgente, porquanto a actual, construída de madeira, ha muitos annos, ameaça proxima ruina., o que occasionaria graves prejuizos ao commercio d'aquella prospera zona.

Como sabeis, a ponte em questão acha-se situada na propria séde do municipio, e o seu estado é de tal modo ruinoso que os que por ali transitam de carro, sentem-se seriamente ameaçados em suas vidas.

Devo assignalar que, attendendo á circumstancia de achar-se a referida ponte situada no centro da cidade, os respectivos poderes municipaes accordaram em concorrer com a terça parte do custo da obra, que monta em cerca de 100:000\$000.

Têm continuado as obras do Palacio do Governo, tendo sido feita melhor divisão nos salões onde funccionam as diversas directorias da Scretaria Geral.

Foram, ao mesmo tempo, feitos os indispensaveis concertos no edificio onde funciona a Escola Normal e no Theatro Alvaro de Carvalho, não tendo sido infelizmente possivel iniciar os reparos de que carece o predio em que acha-se installado o Thesouro do Estado.

O predio construido na ilha dos Guarazes, para servir de hospital de isolamento, precisa tambem de reparos. Penso, entretanto que, não se prestando, como está demonstrado, aos fins para que foi edificado, mais conveniente seria arrendal-o.

Tratando de proprios estadoaes, vem a proposito communicar-vos que nenhuma solução tive ainda das repetidas reclamações que, em tempo, dirigi ao Governo da União sobre a entrega dos proprios federaes, que, segundo a lei n. 834, de 30 de Dezembro de 1901, passaram para o dominio do Estado.

## **Finanças**

Com justo desvanecimento, submetto á vossa apreciação os dados seguintes, que demonstram, com incontestavel evidencia, que vão melhorando as nossas condições financeiras. Este auspicioso facto é, sem a menor duvida, o resultado dos esforços da honrada e patriotica administração passada, e do minucioso cuidado que presidiu á confecção da lei do orçamento vigente, que é, digo-o com a mais profunda convicção, um attestado eloquentissimo da vossa esclarecida e sensata orientação e

da natural coragem cívica com que sabeis cumprir os vossos deveres.

Estou convencido de que, para conseguirmos o equilibrio orçamentario e a restauração das finanças do Estado, basta perseverarmos no regimen de rigorosas economias adoptado.

A experiencia nos demonstrou que, na avaliação dos recursos do Estado, fomos muito além dos limites traçados pela mais elementar prudencia. Houve mesmo epocha em que uma fallaz visão de rapida prosperidade nos arrastou ao esquecimento completo de que somos ainda um povo pobre, que precisa viver modesta e parcimoniosamente. E' necessario, portanto, que as despesas do Estado sejam estrictamente reguladas pelos recursos com que elle pode normalmente contar, si não quizermos vêr avolumar-se, de anno para anno, a sua divida passiva, o que não seria honroso para a administração republicana.

Augmentar a receita, recorrendo ainda ao contribuinte, é hypothese que deve ser inteiramente afastada, pois seria erro imperdoavel aggravar a situação penosa em que se debatem as classes productoras, exauridas pela desvalorisação dos productos e pelos multiplos impostos a que já estão sujeitas.

«E' uma verdade eterna, dizia o marquez de Mirabeau, que si o imposto excede a proporção relativa á renda, elle a destróe, e destróe-se a si mesmo, destruindo a renda».

A redução da despesa impõe-se, portanto, como o unico meio efficaz de solver o credito do Estado, profundamente abalado pelos nossos erros e pela crise economica que assoberba o paiz inteiro, por mais doloroso que seja ferir interesses aliás dignos de respeito, se outras fossem as nossas condições.

Conto, pois, que na confecção da lei de meios para o exercicio seguinte, mantereis o mesmo criterio que adoptastes para o orçamento da receita do actual exercicio, e que no da despesa não vos afastareis da politica de rigorosa economia, que foi o vosso escopo na sessão do anno passado, sessão que ficará assignalada na nossa historia

administrativa, como um bello exemplo de abnegação e patriotismo.

Fallando com esta franqueza aos representantes do povo catharinense, é evidente que assumo, resolutamente, a responsabilidade que me cabe na execução das medidas adoptadas para a restauração das finanças do Estado, ao iniciar-se o actual periodo-governamental, sem cogitar da impopularidade que d'ahi possa advir para o meu nome, pois, ao voltar á obscuridade donde a inexaurivel generosidade dos meus concidadãos foi buscar-me, julgar-me-hei feliz se puder sentir a satisfação intima de ter procurado cumprir o meu dever.

A receita do 1.º semestre do exercicio corrente, faltando o rendimento de diversas estações fiscaes, relativo ao mez de junho, attinge á importancia de..... 710:203\$637, superior á metade da receita orçada em 88:256\$137.

Ora, considerando-se que a arrecadação do 2.º semestre tem sido invariavelmente maior que a do 1.º, é licito acreditar que a receita arrecadada excederá á orçada.

Todos os serviços ordinarios estão sendo pagos em dia, assim como as obras em execução.

Existem no Thesouro e em diversas repartições fiscaes, para attender aos pagamentos relativos ao mez corrente, ao serviço da divida do Estado e ao supprimento ás municipalidades, as seguintes quantias:

Na caixa geral . . . . .	154:449\$660
» » especial . . . . .	115:930\$555
Além destas quantias, existe na caixa de depositos . . . . .	21:541\$963

Pelo exame do balanço respectivo, vê-se que a receita arrecadada, no exercicio de 1902, foi de 1.200.853\$190, tendo sido orçada em 1.460:000\$000.

As verbas que contribuíram para a depressão da receita orçada, foram as seguintes:



Divida colonial e vendas de terras. . . . .	133:329\$090
Imposto de industrias 'e profissões . . . . .	29:484\$464
Dito de heranças e legados. . . . .	23:891\$264
Dito de patentes de bebidas. . . . .	18:450\$000
Dito de sello . . . . .	12:078\$015
Taxas arrecadadas em favor dos estabe- lecimentos pios . . . . .	11:856\$007
Imposto sobre sahida de animaes . . . . .	4:942\$520
Emolumentos de titulos de terras. . . . .	3:895\$932
Imposto sobre demandas, arrematações judiciarias, contractos e leilões. . . . .	3:186\$607
Dito sobre vencimentos . . . . .	2:841\$716
Imposto sobre carroções . . . . .	260\$000
	<hr/>
	224:215\$615

Esta differença depressiva foi, porém, annullada na importancia de 65:068\$805, pelo excesso que, sobre a estimativa orçamentaria, produziram as seguintes verbas:

Multas diversas . . . . .	22:211\$758
Divida activa . . . . .	16:350\$794
Eventuaes . . . . .	12:379\$146
Imposto sobre capital . . . . .	6:563\$025
Dito predial: . . . . .	6:253\$600
Direitos de exportação . . . . .	774\$482
Renda do theatro Alvaro de Carvalho . . . . .	536\$000
	<hr/>
	65:068\$805

Verifica-se, portanto, que a receita arrecadada foi inferior á orçada, em 179:146\$810.

Além da receita apurada das verbas orçamentarias, foram mais escripturadas como receita as seguintes quantias:

Desconto de 5 % da renda geral, de ac- ordo com a Lei n. 507, de 22 de Agos- to de 1901 . . . . .	51:672\$251
Taxa de 30 réis, por volume, arrecada- da de conformidade com a Lei n. 454, de 9 de Outubro de 1900 . . . . .	12:208\$681

Taxa de 1 % para pagamento dos fiscaes da exportação. . . . .	4:310\$306
Saldo do exercicio anterior. . . . .	3:531\$734
Movimento de fundos . . . . .	9:141\$034

---

80:267\$002

Addicionando-se a esta a receita orçamentaria, já mencionada, na importancia de—1:280:853\$190—vê-se que o movimento financeiro do exercicio de 1902 foi representado, na receita, pela somma de—1.361:120\$192.

A despesa ordinaria orçamentaria no mesmo periodo attingiu a—1.408:404\$775.

A esta importancia deve, porém, ser adicionada a de —122:496\$270—que figura nas operações da despesa do exercicio, assim descriminada:

Diversas restituições . . . . .	420\$350
Importancia do imposto sobre volumes, pago ás municipalidades . . . . .	9:349\$390
Importancia da porcentagem arrecadada, para os fiscaes de exportação . . . . .	4:310\$306
Desconto de 5 % da renda geral, para a caixa especial . . . . .	51:072\$251
Movimento de fundos. . . . .	10:587\$416
SalDOS que passaram para o exercicio corrente . . . . .	46:756\$557

---

122:496\$270

Do exposto resulta que as operações da despesa, no exercicio, foram representadas pela somma de.....  
1.530:901\$045.

Da comparação desta despesa com a receita geral, na importancia de 1.361:120\$192, verifica-se que o exercicio de 1902 encerrou-se com um deficit de.....  
169:780\$853, que seria ainda maior, se a administração não houvesse realizado, em diversas verbas da despesa autorisada, economias, na importancia de 51:595\$225; pois em tanto monta a differença entre a despesa fixada (1.460:000\$000) e a effectuada (1.408:404\$775) com todos os serviços especificados na lei orçamentaria.

Controntando-se a receita do exercício de 1902 com a do anterior, verifica-se, em favor d'aquelle, uma differença de 68:848\$180, que revela expansão em algumas fontes de receita, ao passo que outras apresentam decrescimento, como melhor vereis pelo quadro seguinte:

---

TÍTULOS DA RECEITA	ARRECADAÇÃO		DIFFERENÇAS	
	1902	1901	1902	1901
RENDA ORDINARIA				
Direitos de exportação . . . . .	460:774\$482	441:568\$567	19:205\$915	
Taxa de 10 % sobre o valor locativo . . . . .	106:253\$600	103:324\$480	2:929\$120	
Imposto de patente por venda de bebidas. . . . .	41:550\$000	43:864\$000		2:314\$000
Dívida colonial e venda de terras . . . . .	56:670\$910	43:656\$315	13:014\$595	
Taxa de heranças e legados . . . . .	6:108\$736	16:199\$520		10:090\$784
Imposto sobre animaes . . . . .	5:057\$480	8:403\$000		3:345\$520
Imposto sobre carroções . . . . .	4:140\$000	3:120\$000	1:020\$000	
Imposto de industrias e profissões. . . . .	100:515\$536	103:849\$183		3:333\$647
Sello estadual . . . . .	47:921\$982	38:881\$757	9:040\$228	
Imposto sobre demandas, arrematações judiciaes, contractos e leilões . . . . .	4:813\$393	3:734\$082	1:079\$311	
Imposto sobre capital . . . . .	130:563\$025	139:359\$950		2:795\$925
Emolumentos sobre títulos de terras . . . . .	6:104\$668	4:203\$821	1:900\$247	
RENDA EXTRAORDINARIA				
Cobrança da dívida activa . . . . .	56:350\$794	38:397\$854	17:952\$940	
Beneficio das loterias inclusive o sello. . . . .	42:000\$000	42:000\$000		
Renda do Theatro Alvaro de Carvalho. . . . .	1:536\$000	727\$000	809\$000	
Indemnisações, restituições, dons gratuitos e eventuaes . . . . .	18:379\$146	46:922\$693		28:543\$547
Aluguel do matadouro . . . . .	3:600\$000		3:600\$000	
RENDA ESPECIAL				
Productos do imposto e das taxas arrecadadas em favor dos estabelecimentos pios . . . . .	118:143\$993	112:153\$406	5:990\$587	
5 % sobre vencimentos dos funcionarios. . . . .	27:158\$284		27:158\$284	
Multas diversas . . . . .	37:211\$758	21:639\$382	15:572\$376	
Sommas totaes . . . . .	1.280:853\$190	1.212:005\$010	119:272\$603	50:424\$423

Como se vê deste confronto, as taxas de exportação produziram, no exercício de 1902, mais 19:205\$915 do que no exercício anterior, sendo de 641:715\$543 a diferença para mais no valor dos generos exportados.

Este movimento ascendente indica que vai melhorando a situação economica do Estado.

O quadro infra, organizado pelos dados estatísticos existentes, encerra esclarecimentos mais completos sobre este importantissimo assumpto.

Annos	Valor dos productos exportados	Impostos arrecadados
1892	4.846:655\$258	361:541\$822
1893	Não existem dados	
1894	5.002:319\$826	348:261\$871
1895	5.457:823\$110	394:778\$925
1896	6.579:488\$066	342:193\$561
1897	8.865:207\$824	576:374\$830
1898	9.970:514\$020	761:057\$526
1899	9.879:561\$181	732:903\$063
1900	7.398:347\$283	502:917\$637
1901	6.632:497\$406	441:568\$567
1902	7.274:212\$949	460:774\$482

Convencido de que a consolidação da divida proveniente da accumulção de *deficits*, era uma providencia inadiavel, não só para a bôa marcha da administração como para garantia dos direitos dos credores do Estado, fiz baixar, por decreto de 31 de Dezembro do anno passado, o regulamento para a execução das leis n. 507, de 22 de Agosto de 1901, e n. 549, de 15 de Outubro de 1902.

Conforme ficou estabelecido no citado Regulamento, estão sendo expedidos os conhecimentos transferiveis, mediante a apresentação do que será feita a entrega das apolices, que terá logar logo que o Thesouro conclua a liquidação e inscrição da divida fluctuante.

Convém que habiliteis a Caixa Especial com os recursos necessarios para fazer pontualmente o serviço de pagamento de juros e resgate das apolices, pois da exactidão com que forem satisfeitos esses compromissos, depende a confiança no credito do Estado e a consequente valorisação dos seus titulos de divida.

Os dados que seguem, mostram a quanto monta o passivo do Estado:

Emprestimo contrahido com a União, accrescido dos juros vencidos . . . . .	2.800:000\$000 —
Apolices inalienaveis, por constituirem patrimonio dos estabelecimentos pios.	<u>500:700\$000</u> ✓
Importancia a converter em apolices da mesma natureza. . . . .	169:075\$747
Apolices emittidas em virtude da lei n. 274 de 6 de Outubro de 1897 . . . .	<u>128:800\$000 —</u>
Apolices em que, meeiante accordo com a Directoria do Lyceu de Artes e Officios, foi convertida a importancia que o mesmo estabelecimento tinha a haver do beneficio das loterias. . . . .	70:000\$000 —
Divida a converter em apolices, de conformidade com as leis n. 507, de 22 de Agosto de 1901 e n. 549, de 15 de Outubro de 1902 . . . . .	<u>740:568\$208</u>

3.409:143\$955

A divida activa do Estado, segundo os dados que o Thesouro possui, attinge á importancia de 192:374\$046, assim considerada:

Solvavel—138:162\$430.

Insolvavel—54:218\$616.

A administração tem empregado todos os esforços possiveis para activar a liquidação desta divida, trabalho aliás bastante difficil em virtude da crise que atravessamos.

Na somma acima, não está incluída, como é evidente, a divida colonial, para cujo calculo faltaram-me os dados, que existem esparsos pelas diversas repartições fiscaes.

Por Decreto n. 197, de 25 de Junho do corrente anno, abri o credito especial de 33:857\$531, para os fins mencionados nos «consideranda» do alludido Decreto, que transcrevo para vossa sciencia.

### DECRETO N. 197

O Vice-Governador do Estado de Santa Catharina, no exercicio de suas attribuições:

Considerando que está no interesse do Estado proceder ao ajuste de contas com o cidadão Antonio Maria Barroso Pereira, visto ter findado a 20 de Julho de 1902 o contracto com o mesmo celebrado, para a cobrança da divida colonial;

Considerando que, pelas guias de cobrança apresentadas e pelo Thesouro processadas, verifica-se que o referido cidadão deve ao Estado a quantia de 13:776\$015 e mais 200\$000, da multa que lhe é imposta pelo não cumprimento da clausula 11<sup>a</sup> do citado contracto e ainda 2 % de sello, deduzido das quantias que em virtude d'este tem a haver;

Considerando que o mesmo cidadão tem a haver do Estado diversas quantias, como sejam 8:726\$401, producto da porcentagem sobre a quantia arrecadada, e ainda não recebida, a quem tem direito pela clausula 5.<sup>a</sup> do contracto;—228\$297, producto da restituição dos 20 % reduzidos da porcentagem já recebida para garantia da multa que se faz effectiva (clausula 11<sup>a</sup> do contracto);—890\$836, importancia de medições e verificações procedidas por conta do Estado pelo Commissariado Geral, sendo aquellas do nucleo Felipe Schmidt, no municipio de Porto Bello; do patrimonio da municipalidade de Joinville, invadido anteriormente pelo Estado; das terras no Morro do Antão á leste desta cidade, e estas das terras de João Guckert em Angelina e da fazenda da Entrada, no municipio de Campos Novos;

Considerando que, além d'estas quantias, tem o cidadão o direito á indemnisação de que trata a Lei n.º 420, de 6 de Outubro de 1899, que rescindiu o contracto com o mesmo celebrado, para a execução do Registro Torrens, cuja, está combinada, nos termos da mesma Lei, em 16:000\$000;

Considerando, porém, que as quantias a haver, no confronto de contas, devem ser escripturadas nas respectivas rubricas de receita e que a Lei orçamentaria não consignou verba para a indemnisação citada e para as verificações e medições de terras que, para salvaguardar os interesses do Estado, foi o Governo impellido a mandar proceder;

Resolve, usando da autorisação contida nas leis ns. 420, de 6 de Outubro de 1899, e 436, de 11 do mesmo mez e anno, abrir um credito especial na importancia de 33:857\$531, para pagamento da indemnisação devida ao cidadão Antonio Maria Barroso Pereira, pela rescisão do seu contracto para a execução do Registro Torrens, pagamento da porcentagem que lhe cabe pela cobrança realisada da divida colonial e de quantias a que tem direito por verificações e medições de terras a que mandou proceder por ordem e conta do Estado.

Palacio do Governo, em Florianopolis, 25 de Julho de 1903.

VIDAL JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS JUNIOR

*Caetano Vieira da Costa*

---

Tambem por Decretos de 5 de Fevereiro e 11 de Abril abri dous creditos no valor de 663\$700, para occorrer á deficiencia das verbas dos §§ 5 e 6 da lei orçamentaria em vigor.

O imposto sobre o capital, que deve substituir o anti-economico imposto de exportação, e que inquestionavelmente representa um passo avantajado para a remodela-



ção do defeituoso e rotineiro systema tributario que nos legou o passado regimen, deve merecer especial cuidado dos legisladores.

Não se pense, porém, que pertenco ao numero dos que sonham com um imposto unico ou entendem que o systema mais perfeito é o que funda-se nas contribuições directas, com exclusão completa das indirectas.

A meu ver, um systema mixto é o que mais se adapta ao nosso meio economico.

Tal systema tem ainda a vantagem, segundo ensinam os mestres, de corrigir os defeitos que reciprocamente, apresentam aquellas duas especies de contribuições.

Como todos os que recahem directamente sobre o contribuinte, o imposto do capital tem encontrado certa resistencia entre nós, e por isso precisa ser regulado por disposições bem ponderadas e claras, não só para tornalo o menos vexatorio possível, como para garantir a verdade dos lançamentos e a effectividade da arrecadação.

Convem, portanto, rever a legislação respectiva, para expurgal-a de alguns defeitos que a experiencia tem patenteados.

Um dos mais sensiveis é, sem duvida, a obrigação de dar aviso ao contribuinte individualmente, exigindo-se a sua assignatura no respectivo talão.

As difficuldades, que, na pratica, encontra essa formalidade, aliás inutil, por quanto a publicação do lançamento pode ser feita por meio de editaes affixados nos logares publicos, são patentes e d'ahi as constantes reclamações, motivadas pela sua preterição que aos contribuintes remissos parece razão sufficiente para furta-rem-se ao pagamento de impostos.

---

Terminando esta summaria exposição da vida administrativa do Estado, reporto-me ao substancioso Relatorio do Sr. Secretario Geral, e respectivos annexos, porque as minuciosas informações, que encerram sobre

os diversos ramos do serviço publico, preenchem as lacunas deste despretencioso trabalho.

A cooperação proficua, leal e dedicadissima, do distincto catharinense que occupa o elevado posto de primeiro auxiliar da administração, tem evidenciado, de maneira notavel, as qualidades que já o haviam recommendado á estima dos seus concidadãos, concorrendo, ao mesmo tempo, para facilitar o desempenho da ardua tarefa que me foi imposta pela generosa confiança dos meus patricios.

---

Srs. Membros do Congresso Representativo.

Muito vos cumpre fazer para impulsionar a prosperidade do nosso futuroso Estado, que tudo espera da vossa reconhecida illustração e tradicional devotamento ao bem publico.

E, convencido de que correspondereis a essa justificada expectativa, asseguro-vos que as vossas sabias deliberações serão por mim executadas com exactidão e firmeza, porque, para servir a minha estremecida terra natal, nos limites das minhas forças, jamais vacillarei, mesmo diante dos maiores obstaculos.

Florianopolis, 26 de Julho de 1902.

*Vidal José de Oliveira Ramos Junior*

